NOTÍCIAS AFRICANAS 84

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 7 A 13.11.1994

MOÇAMBIQUE

"Não estragarei a liberdade conquistada"

HENRIQUE MONTEIRO enviado a Moçambique

EXPRESSO, 5.11.94

«NÃO estragarei a liberdade conquistada», afirmou em declarações exclusivas ao EXPRESSO o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, depois de conhecer os primeiros resultados das eleições moçambicanas, que apontam para a sua derrota pessoal, bem como para a do seu partido. Dhlakama afasta por completo a ideia de que poderá regressar à guerra. **«Eu sou um líder político e ainda muito novo (41 anos). Não vou regressar ao mato»**, afirmou.

Os resultados já conhecidos provêm da chamada «quick count» (contagem rápida) da ONU, que se tem mostrado credível noutras latitudes, e dão a Chissano uma percentagem de 51,1 por cento, contra ▶ 33 por cento para Dhlakama e 12,5 por cento para os restantes candidatos. Estimativas feitas por dirigentes da Renamo apontam, contudo, para uma vitória de Chissano com números entre os 51 e os 55 por cento, contra 35 a 40 por cento de Dhlakama. Nas legislativas, a Frelimo teria entre 44 a 49 por cento, contra 39 a 43 por cento para a Renamo, não se esperando que haja uma terceira força no Parlamento.

Independentemente dos resultados finais, o líder da Renamo sustenta que há inúmeras irregularidades no processo, embora saliente que o seu partido **«não foi esmagado»**, ao contrário das previsões da Frelimo. **«Ganhei nas províncias que comandam economicamente o país (Nampula, Zambézia, Tete e Sofala), o Governo não pode funcionar sem a minha cooperação»**, afirma ainda Dhlakama.

Para o líder da Renamo, há uma condição para que tudo corra bem em Moçambique. **«Que a comunidade internacional cumpra o seu papel de fiscalização. Ninguém me vai obrigar a esconder as irregularidades das eleições só para ser um rapaz bem comportado»**, afirmou Dhlakama ao EXPRESSO.

Dizendo-se disposto a negociar com Chissano quando os resultados estiverem mais definidos, Dhlakama afirma que a conversa deverá levar em conta que houve inúmeras reclamações fundamentadas sobre o modo como decorreram as eleições. O líder da Renamo faz fincapé neste ponto, apesar de observadores internacionais de vários quadrantes terem considerado que o acto eleitoral decorreu de forma perfeita.

«Para mim, como sempre disse, o importante não era o poder mas sim o estabelecimento da democracia. O facto de o meu pai, de o meu irmão, poderem falar livremente era o que eu pretendia. Não estragarei a liberdade conquistada e sei que não faz sentido pedir outras eleições», adianta Dhlakama.

O líder da Renamo confidenciou ainda ao EXPRESSO que vai propor a eleição do poder local, mas não para já, embora defenda a imediata existência de um período de transição que passará pela nomeação de administradores (autarcas) e governadores afectos ao seu partido nos locais e províncias em que triunfou.

Quanto à participação da Renamo num Governo de Reconciliação Nacional, que já terá sido aceite por Chissano, o chefe da oposição parece dividido: **«Não quero obrigar ninguém a dizer que o Dhlakama ganhou, embora eu tivesse lutado pela vitória. O país está tão mau que eu aceitaria de bom grado uma derrota, mas sem fraudes.»**

ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS 26

LIGUE (021)531-2000 RAMAL 259

NESTA EDIÇÃO

- O noticiário sobre MOÇAMBIQUE está, além de na página 1, também nas páginas 2, 3, 4, 9, 13 e 14
- O leitor vai encontrar o noticiário sobre ANGOLA nas páginas 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12 e 13.
- A ÁFRICA DO SUL é notícia nas páginas 6 e 8.
- Já CABO VERDE conta com uma matéria na página 9.

Governo quer maior intervenção da ONU em Angola

PÚBLICO, 4.11.94

O GOVERNO português voltou a sugerir à ONU que se faça representar com observadores em quantidade e qualidade no processo de verificação do cumprimento do protocolo assinado a 31 de Outubro, em Lusaka, entre o Governo de Luanda e a UNITA.

Com esta sugestão, Portugal deseja ver criadas as condições de sucesso para a paz definitiva em Angola, evitando-se, assim, a repetição do conflito militar que opôs as duas partes, após a celebração dos acordos de Bicesse. Nessa altura, as Nações Unidas, ao contrário do que seria de esperar, não fizeram mais que enviar para o terreno apenas um escasso número de representantes, manifestamente incapazes de cumprirem o papel que lhes fora destinado.

Por outro lado, Lisboa propõe também que a ONU proceda com alguma celeridade à designação dos observadores que irão acompanhar a execução dos acordos pelo Governo angolano e o movimento de Jonas Savimbi. Nem mesmo as alegadas dificuldades financeiras da ONU, poderão justificar — na opinião das autoridades portuguesas — uma eventual demora no processo, em relação ao qual a comunidade internacional parece, neste momento, vagamente alheada.

Quinze dias para a paz

O Governo de Luanda e a UNITA têm agora pouco mais de uma semana para celebrar formalmente a assinatura do protocolo de Lusaka. Quer a «troika» de observadores quer os países da região esperam que o documento seja assinado até ao dia 15 por Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, visto que o mesmo terá pouco sentido prático (e político) se ambos ou algum deles se escusarem a rubricá-lo.

Até ao dia 15 (data em que faz precisamente um ano que se iniciaram as conversações de Lusaka), há várias questões de natureza militar que têm que ficar resolvidas. E ainda que o cessar-fogo não tenha ficado estabelecido pela presente rubrica, ficou informalmente combinado entre as partes que o mesmo deverá ocorrer cinco dias antes da data prevista para a assinatura do documento.

Nesta altura, e de acordo com os relatórios oficiais, registam-se combates em várias frentes. No início desta semana, as tropas de Luanda infligiram uma pesada derrota à UNITA, ao ocuparem o Soyo (a antiga cidade de Santo António do Zaire).

As forças do MPLA têm progredido no terreno e recuperado, no Centro e Norte do país, algumas praças-fortes, obrigando as tropas de Savimbi a uma postura defensiva. Pela primeira vez em muitos anos de conflito armado, a UNITA está numa posição de clara inferioridade militar. E talvez por isso se tenha apresentado, na fase terminal destas negociações, mais flexível que nunca.

Luanda deixa cair uma reivindicação

Esta flexibilidade, partilhada nas negociações pelo Executivo de Eduardo dos Santos, poderá ser a chave do sucesso para a paz em Angola. Segundo os observadores que fazem parte da «troika», é preciso que se instale uma grande confiança entre as partes para cumprirem os termos dos acordos celebrados no passado. Luanda cedeu, para já, a uma reivindicação que vinha defendendo desde o início das conversações relativa à definição do futuro estatuto de Jonas Savimbi.

Tratou-se de um dos únicos pontos que impediram, durante alguns dias, a conclusão do protocolo assinado em Lusaka. Segundo a delegação angolana, o presente documento devia consagrar a definição do estatuto do líder do movimento do «Galo Negro», para evitar que Savimbi pudesse vir a justificar a formação de uma qualquer guarda pretoriana, sob a alegação de que o Governo não lhe dava garantias de segurança pessoal.

A pretensão, desde sempre contrariada pela UNITA, acabaria por ser retirada à última hora por Luanda, facilitando a assinatura do protocolo. Este ponto nunca foi pacífico nem de fácil discussão. O Governo sempre considerou que a Lei Fundamental do país não previa nenhum estatuto especial para Savimbi, defendendo que, a existir, só quando consagrado no protocolo.

Moçambique mais perto da paz

Quanto a Moçambique, acabado de sair das primeira eleições livres, começou a ganhar vulto a possibilidade da *manutenção* da força da ONUMOZ e a sua retirada gradual (e não abrupta, como chegou a estar previsto) — uma ideia apoiada pelos círculos diplomáticos portugueses. Só quando o processo estiver consolidado e as instituições a funcionarem normalmente é que a ONU deverá abandonar o território.

De qualquer maneira, as autoridades de Lisboa parecem ver com agrado o modo como decorreu o acto eleitoral moçambicano, em relação ao qual os observadores se pronunciaram já pela sua *normalidade*.

Comparado com Angola, o processo de paz em Moçambique constitui um ponto de referência importante: nunca se registou qualquer tipo de violência nem movimentações militares a perturbarem o processo eleitoral. As próprias declarações dos dirigentes da Frelimo e da Renamo têm sido de tal modo moderadas que os próprios observadores estrangeiros vêem nesse facto o prenúncio de uma situção sem conflitos entre os partidos na oposição e o partido no poder.

J.M.S.

Moçambique: de Angola à contracosta?

PÚBLICO, 5.11.94

"Queres dizer que as urnas de voto são enchidas antes das eleições?

— Sim, mas depois atiramo-las ao mar sem as abrir e quem ganha é o mais forte."

Foi um velho amigo, Luís Azambujo, que, a propósito do recomeço da guerra em Angola no rescaldo das eleições de 1992, me chamou a atenção para esta passagem do diálogo entre Astérix e um chefe de clã, em Goscinny & Uderzo, "Astérix na Córsega". Vem isto a propósito das eleições em Moçambique e do inevitável paralelismo que tem sido feito com a situação de Angola.

De uma maneira geral, as análises centram-se nos perigos de uma "angolanização" do caso moçambicano, nas divisões entre alas "moderadas" e "duras" da Frelimo e da Renamo e nas questões de partilha do poder, incluindo a formação de um governo de unidade nacional. As considerações de alguns analistas políticos sobre possíveis dissensões — típicas da usual luta política nas democracias ocidentais — entre alas moderadas e radicais da Renamo demonstram algum desconhecimento das relações de poder no interior de movimentos guerrilheiros que se transmutam em partidos políticos.

Na realidade, quer a Renamo quer a UNITA e, de certa forma, o MPLA e a Frelimo (estes apesar de uma certa erosão provocada pelo exercício de consensos exigidos pela governação) são movimentos cuja estrutura de poder se organiza em pirâmide, em que as dissensões ou são fachada ou resultam no afastamento dos dissidentes. O equívoco do analista menos avisado é o de tomar o aparente pelo real, interpretando da mesma forma sinais políticos cujo significado é outro em ambientes democráticos.

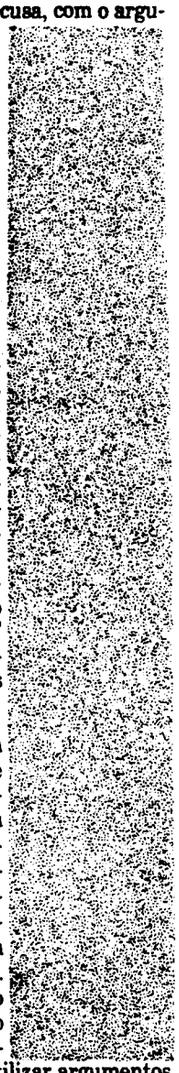
É interessante, aliás, notar o aproveitamento que alguns líderes africanos têm feito deste usual equívoco de análise — um dos maiores especialistas neste jogo tem sido Jonas Savimbi, que, quando pretende vestir a roupagem de pomba, adverte para pressões sobre ele exercidas por parte dos "duros" do seu movimento. Em Moçambique, a crise eleitoral desencadeada pela Renamo foi decidida ao nível de topo, tal como foi decidido ao nível de topo o protagonismo da própria crise.

Continua na pág. 3

Continuação da pág. 2

Moçambique: de Angola à contracosta?

Esta jogada política da Renamo deve-se, em parte, à persistente recusa da Frelimo em aceitar a formação de um governo de unidade nacional ou em assinar um compromisso pré-eleitoral, propostas estas feitas pela Renamo e, velada ou abertamente, apoiadas pela esmagadora maioria dos observadores e governos vizinhos, incluindo, como é natural, o Governo sul-africano. Essa recusa, com o argumento de que o poder deve ser conferido ao vencedor das eleições, radica na convicção dominante no interior da elite dirigente de que Joaquim Chissano e a Frelimo vão sair claramente vencedores da disputa eleitoral e de que a Renamo, desarmada, não tem hipóteses de regressar à guerra e de colocar em cheque equilíbrios estabelecidos no interior da própria Frelimo. Para quê, então, partilhar o poder?

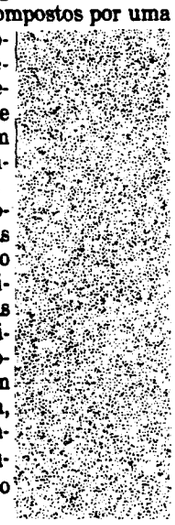


Por seu turno, o movimento de Afonso Dhlakama e os seus conselheiros políticos jogaram fortemente no próprio dia das eleições, na suposição — correcta, aliás — de que a comunidade internacional e os países vizinhos não poderiam arriscar um fracasso em Moçambique. Perante a hipótese de uma derrota eleitoral, a Renamo conseguiu, sem dúvida, garantias adicionais para a sua futura sobrevivência política.

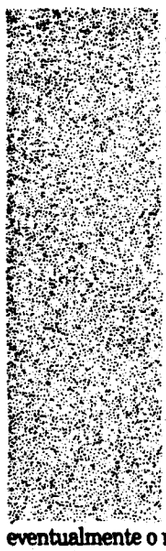
Será que as coincidências entre a situação em Angola e Moçambique poderão levar a uma repetição na "contracosta" da tragédia angolana? Julgo que não, dadas as diferenças entre os processos e os contextos dos dois países.

O factor étnico da guerra em Angola é mais evidente e mais influente do que em Moçambique, não obstante em Angola a guerra ser mais resultante da luta pelo poder entre diferentes elites políticas do que da expressão de conflitos tribais — aliás, não só a componente ovimbundu do exército governamental é significativa, mas também a UNITA integra elementos de outras etnias angolanas. Nestas circunstâncias, a valorização do factor étnico advém essencialmente do seu aproveitamento político, com a propaganda e mobilização para a guerra a utilizar argumentos de ordem étnica, aspecto este cultivado essencialmente pela UNITA.

Em Moçambique, onde as clivagens regionais são tanto ou mais acentuadas do que em Angola, o factor étnico é menos visível como factor explicativo da guerra. Os exércitos da Frelimo e da Renamo não eram compostos por uma etnia dominante e, não obstante a predominância na chefia da Renamo de elementos N'Dau, da região centro, e na chefia da Frelimo de elementos Changane e Maconde, das zonas sul e norte, nenhum destes movimentos reivindicou ou reivindica representatividades de ordem tribal.



O facto de os candidatos poderem colher maiores apoios nas respectivas zonas de origem e implantação é um fenómeno comummente observado em países ocidentais, e não uma "especificidade" das sociedades africanas — o que não quer dizer que não haja clivagens sociais e regionais. De qualquer modo, a situação em Moçambique é diferente da de Angola, com o factor étnico a ter menor influência, quer política, quer quanto à mobilização de forças para um eventual recomeço do conflito.



Um outro motivo para a não repetição do caso angolano reside nas capacidades bélicas e de sustentação logística e financeira dos movimentos em confronto, que, em Moçambique, são completamente distintas de Angola. Na realidade, em Angola, para além de existirem capacidades financeiras para sustentar o esforço de guerra (petróleo, diamantes), existem — como a escalada recente da guerra, mesmo após a rubrica do acordo de Lusaca, se tem encarregado de demonstrar — dois exércitos, dispondo de armamento sofisticado e com elevada capacidade operacional e de destruição.

Em Moçambique, para além da inexistência de recursos próprios para um esforço de guerra continuado, a situação militar é bem diferente. Existe uma quantidade não especificada de armamento, maioritariamente de armas ligeiras, que permitiria eventualmente o recomeço de hostilidades e as alimentaria durante algum tempo. Porém, a capacidade destrutiva desse material bélico é incomensuravelmente menor — por um lado, a Renamo efectuou uma guerra baseada em armamento ligeiro, por outro lado, da parte governamental, os aviões e helicópteros de combate estão inoperacionais, a artilharia e os carros de combate são reduzidos, quer em número quer em qualidade.

Na realidade, neste momento, após a desmobilização de ambos os lados, a capacidade de reagrupamento de forças militares significativas é claramente diminuta. A recomeçar, o conflito entre os beligerantes moçambicanos seria, porventura, mais disperso e menos destrutivo — aliás, as conflitualidades latentes na sociedade moçambicana tornam mais factível um cenário de violência pós-eleitoral errática, menos provocada pela Renamo ou pela Frelimo e mais decorrente da acção de grupos organizados de ex-militares ou mesmo de grupos de bandidos com motivações mais económicas do que políticas.

Uma outra razão para o não retorno à guerra entre os antigos beligerantes diz respeito às diferenças no papel dos observadores e das Nações Unidas. O recomeço da guerra em Angola tem origem numa situação pré-eleitoral de não desmobilização efectiva dos exércitos. Em Moçambique, esta desmobilização foi de facto realizada no essencial — não obstante a existência de esconderijos de armamentos ou da possível (embora pouco provável) existência de unidades militares significativas não enquadradas pelo novo exército ou pela polícia moçambicana. Por outro lado, o papel dos observadores internacionais e, em particular, o papel das Nações Unidas é mais significativo em Moçambique do que foi em Angola, inclusive nas estruturas responsáveis pela supervisão e garantia dos acordos de Roma.

Um último aspecto a focar refere-se às mutações na situação política regional. Os apoios à UNITA provenientes do território da África do Sul eram reais e mantiveram-se, pelo menos, até às eleições neste país em Abril de 1994. Após a vitória eleitoral do MPLA (e mesmo antes da vitória do ANC), a parte governamental começa também a procurar apoios em território sul-africano, designadamente sob a forma de recrutamento de mercenários para a protecção de objectivos económicos públicos e privados. Por outro lado, a extensa fronteira de Angola com o Zaire proporciona santuários e zonas para infiltração de homens e material de guerra — e contrabando de diamantes.

Em Moçambique, o ambiente na região em finais de 1994 é claramente hostil à continuação da guerra e, em particular, a um apoio a movimentos de guerrilha antigovernamentais — seja a Renamo ou qualquer outro movimento eventualmente criado a partir de antigos soldados ou guerrilheiros descontentes com o curso dos acontecimentos ou o resultado das eleições. Reveladora desta situação foi a recente cimeira regional, na qual os chefes de Estado de países vizinhos alertaram as partes moçambicanas — leia-se Renamo — para uma possível intervenção armada, em caso de recomeço da guerra. ■

* Investigador do Instituto de Estudos

A democracia é nossa

Miguel Vale de Almeida

PÚBLICO, 6.11.94

O recente editorial do "Expresso", questionando a capacidade dos moçambicanos para o exercício da democracia política, mais não é do que a consagração de uma questão que intriga o senso comum da maioria dos ocidentais. Em termos caricatos e mais etnocêntricos: "Se nem sequer sabem falar bem português, como é que vão viver em democracia?" Em termos supostamente mais sérios: "Como é que culturas tão diferentes da nossa, que inventou a democracia, a podem compreender?"

Digo "supostamente" de propósito. Porque o argumento é perverso. Utiliza uma postura ética conhecida como relativismo — não fazer juízos sobre o maior ou menor valor das opções culturais —, para exercer um juízo ainda pior, o de atribuir a outrem incapacidades não verificadas. O argumento assemelha-se aos da extrema-direita francesa ou sul-africana, quando pretendem legitimar o separatismo com a ideia de que as diferentes culturas devem ter o seu próprio espaço.

O relativismo não é, em si mesmo, uma panaceia para os males dos conflitos entre culturas. Basta ver o embaraço que os relativistas bem-pensantes sentem quando se têm de pronunciar sobre as excisões do clitóris em certas sociedades ou o sistema de castas na Índia. As tantas estão eles a defender aquilo que os próprios membros dessas culturas pretendem combater. O mesmo se aplica a esta questão da democracia política. Aqui, parece sobreviver ainda uma atitude evolucionista, que localiza a invenção da democracia no ápice do desenvolvimento e progresso das sociedades ocidentais. Assim, os "outros" teriam ainda de passar pelos "estádios" por que nós passámos, até terem as "condições objectivas" para o exercício da democracia política.

Tretas. Porque hoje vivemos numa sociedade global. Quer isto dizer que, do mesmo modo que o conhecimento de medicina natural dos índios da Amazónia pode ser usado pelos ocidentais através dos produtos tipo "body shop", assim podem os "primitivos" usar um sistema político formal como a democracia representativa. Pela mesmíssima razão que é legítimo as mulheres argelinas rebelarem-se contra o fundamentalismo islâmico, invocando os direitos do homem, uma invenção ocidental. É claro que há mais exploração do que "troca" de culturas. Mas o terceiro-mundo percebeu que a democracia política é uma arma para diminuir a exploração. Como os antibióticos, é uma invenção dos ocidentais que vale a pena apropriar.

A democracia representativa é uma grelha para orientar a vida social. Não significa em si democracia real, participativa, vivida. Nem em África, nem no Ocidente. O retrato caricatural disso mesmo é o Calvin, que, quando quer obter algo do pai, faz "soodagens" sobre a sua popularidade... A democracia representativa existe em Portugal, a lado com a inexistência de democracia em mil e uma esferas de vida social. E lado a lado com nepotismo, compadrio, patrocínio, e partido-Estado. O tribalismo africano é o equivalente destas coisas. Assim como a pobreza e a herança da guerra em Moçambique são os equivalentes do analfabetismo e da miséria cultural em Portugal. A democracia tem uma ambiguidade riquíssima: ela é frágil e na aparência uma mera convenção, não significando necessariamente democracia profunda; mas sem ela, nunca essa democracia profunda poderá ser concretizada. Os moçambicanos sabem-no. Também o sabem os poderes ocidentais e as multinacionais que conhecem a má co-habitação entre democracia e exploração desenfreada. Daí esta sensação de que a democracia nos está a ser roubada por quem não a merece. Como se ela, qual Angola, fosse "nossa"...

Os africanos não querem ter de passar pelos "estádios" todos da civilização ocidental para a obterem. Mesmo que, para tal, tenham de aturar estalinistas recauchutados e assaltantes de beira da estrada como hipóteses de presidente, muitas vezes apoiados (como aconteceu com Savimbi em Angola) por pessoas de responsabilidade em Portugal. Um dia, em Moçambique ou Angola, escolherão dirigentes melhores, gente que, graças à democracia, terá aprendido umas coisas mais. ■

Frelimo reduz a vantagem eleitoral

PÚBLICO, 6.11.94

A FRELIMO reconheceu ontem que está a diminuir a vantagem que a si própria se atribui na contagem dos votos expressos nas eleições gerais moçambicanas dos dias 27 a 29 de Outubro. E isto numa altura em que a Comissão Nacional de Eleições (CNE) continua a não fornecer quaisquer números.

O grupo desde 1975 no poder prevê agora que terá 130 dos 250 deputados, indo 105 para a Renamo e os 15 restantes para a União Democrática (UD), que é dirigida por António Palange e congrega o Partido Nacional (Panamo), o Partido Democrático-Liberal (Palmo) e o Partido Nacional Democrático (Panade).

Inicialmente a Frelimo apontava para 170 deputados e depois as previsões dos seus computadores eram de 140, número que ontem desceu aos 130, pouco mais do que o mínimo necessário para uma maioria absoluta.

Quanto às presidenciais, a mesma fonte disse ontem à agência Reuter que o actual chefe de Estado, Joaquim Chissano, ficará com 53,33 por cento dos votos, face a 32,70 do seu principal adversário, Afonso Dhlakama, líder da Renamo e enérgico combatente anticomunista.

Nas eleições do mês passado houve 12 candidatos à Presidência da República e 14 listas concorrentes ao Parlamento, crendo-se agora que só três delas é que conseguirão eleger deputados.

O presidente da CNE, Brazão Mazula, espera poder começar a divulgar amanhã resultados oficiais, enquanto a generalidade dos observadores internacionais concorda com as indicações da Frelimo segundo as quais Chissano ficou muito claramente à frente de Dhlakama, com uma margem que ronda pelo menos os 20 por cento dos votos expressos.

Foi só nas últimas 48 horas que se verificou que a UD deverá ter ultrapassado os cinco por cento dos votos necessários nas legislativas para, tal como acontece na Alemanha, se obter representação parlamentar. E, perante isso, a coligação retirou-se do grupo de partidos que estavam dispostos a impugnar os resultados, alegando irregularidades no processo eleitoral.

A imprensa moçambicana atribui os relativamente bons resultados da União Democrática ao facto de a mesma aparecer em último lugar nos boletins para as legislativas, enquanto Chissano era o último no boletim das presidenciais e...andava a dizer nos comícios que se deveria votar ao fundo da lista.

Enquanto isto, uma delegação governamental sul-africana é aguardada dentro de dias em Maputo, a fim de ajudar a resolver eventuais conflitos que surjam na altura da divulgação oficial dos resultados. ■

- LIGUE 531-2000 R
- LIGUE 531-2000 RA
- LIGUE 531-2000 RAM
- LIGUE 531-2000 RAMAL
- LIGUE 531-2000 RAMAL 2
- LIGUE 531-2000 RAMAL 259
- LIGUE 531-2000 RAMAL 25
- LIGUE 531-2000 RAMA
- LIGUE 531-2000 RA
- LIGUE 531-2000
- LIGUE 531-2

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA

Conselho de Segurança atento a Angola

Apelo à ponderação de Luanda

PÚBLICO, 6.11.94

Jorge Heitor com Aguiar dos Santos, em Luanda

O Conselho de Segurança está preocupado com a possibilidade de o cerco ao Huambo poder colocar em perigo a assinatura solene do acordo de paz para Angola, mas a verdade é que o Futungo de Belas já convidou para a cerimónia o rei Hassan II e mais 22 chefes de Estado...

O Conselho de Segurança das Nações Unidas solicitou este fim-de-semana ao Presidente José Eduardo dos Santos que dê provas de suficiente sagacidade politica e que tenha a autoridade necessária para ajudar a acabar com todas as actividades militares em Angola.

O Conselho, presidido este mês pela embaixadora norte-americana, Madeleine Albright, declarou-se "gravemente preocupado" pelas notícias que falam de uma intensificação das operações militares nos últimos dias, muito em particular no que diz respeito ao avanço das forças governamentais até quase uma dezena de quilómetros da cidade do Huambo.

Aquela instância solicitou a Luanda que autorize voos da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem) com destino àquela capital provincial, a fim de ir aí buscar os militares e os demais negociadores que no dia 10 se deverão reunir em Lusaca com representantes do governo, para acertar pormenores do cessar-fogo e outros aspectos da pacificação do país.

A União Europeia também pediu que haja desde já uma interrupção das hostilidades, a fim de se "evitar uma nova derrapagem do processo de paz", tal como a UNITA declara que certamente haveria se os governamentais entrassem no Huambo e aí colocassem em perigo a vida dos seus dirigentes.

O delegado daquele partido em Bruxelas, Alcides Sakala, distribuiu ontem um comunicado de imprensa em que eurodeputados como João Soares e Bernard Kouchner "exigem" o fim imediato da ofensiva contra o Huambo, que estaria a contar com "o auxílio de centenas de mercenários sul-africanos".

Em Lisboa, quadros destacados da UNITA, como Carlos Morgado e Jofre Justino, manifestaram a intenção de fazer uma greve da fome em solidariedade com mais alguns militantes do mesmo grupo que se concentraram frente à embaixada de Angola, no sentido de também fazer apressar o fim da guerra.

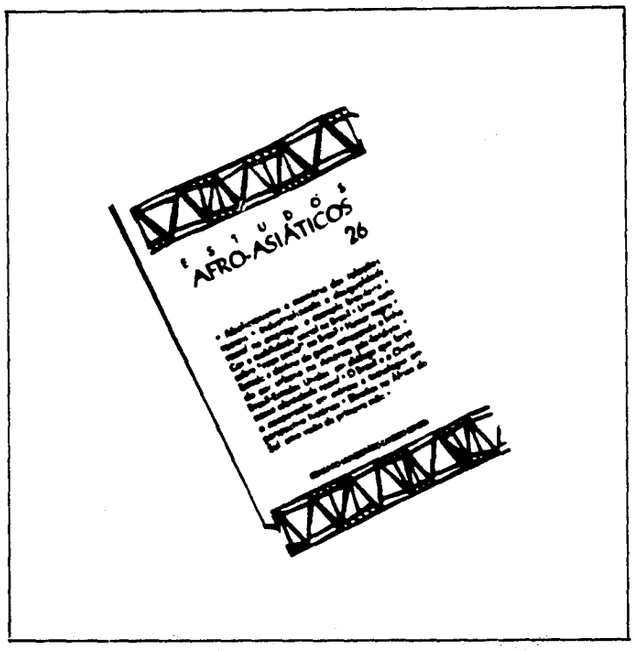
Beye em Luanda

Enquanto isto, o medianeiro de todo o processo negocial deste último ano, Alioune Blondin Beye, voltou ontem a Luanda, a fim de conseguir falar uma vez mais com o Presidente José Eduardo dos Santos e de manter de pé a hipótese de o acordo de paz vir a ser formalmente assinado em Lusaca dentro dos próximos 10 dias.

Por seu turno, os meios luandenses de comunicação social disseram neste sábado de grande expectativa que a prevista reunião de quinta-feira na capital zambiana não deverá contar com a presença dos chefes dos estados-maiores de um e outro lado, respectivamente generais João de Matos e Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben". Mas sim com a de alguns dos seus subordinados na hierarquia militar.

A presença dos "top men" das Forças Armadas não seria possível devido à continuação dos combates, pois que segundo fonte do Estado-Maior, em Luanda, as tropas governamentais se encontrariam este

Continua na pág. 6



Atraso na redefinição autárquica

PÚBLICO, 6.11.94

UM DOS ASPECTOS em que a democratização da sociedade sul-africana está a registar atrasos é o da redefinição das fronteiras autárquicas, que deveria ficar pronto este ano e que ainda nem sequer chegou a meio. [Entretanto, o "Weekend Star" dizia ontem, em Joanesburgo, que antigos guerrilheiros dos movimentos nacionalistas negros que desertaram dos seus quartéis estariam na origem de uma vaga de criminalidade que se está a verificar em mais do que uma provincia].

O sistema do "apartheid" separou cada núcleo branco dos seus subúrbios negros e as novas leis dizem que é preciso acabar com essa discriminação residencial e administrativa, para que depois disso se possam efectuar eleições autárquicas em Outubro de 1995. Mas entre a teoria e a prática está a verificar-se uma grande diferença, enquanto mais de 5.000 antigos guerrilheiros deixaram sem autorização o Exército unificado no qual estavam em fase de integração.

Conselhos Locais de Transição têm estado a ser criados nos municípios que já foi possível unificar, por quebra das barreiras entre bairros brancos e bairros negros ou mestiços, mas esse trabalho ainda está muito atrasado e depara com grandes resistências.

Por outro lado, só depois de tal tarefa terminada é que se pode proceder a um recenseamento eleitoral, de modo que não se está a ver muito bem como é que poderá ser cumprido o prazo para que as primeiras autárquicas multiraciais sul-africanas se efectuem daqui a um ano. E, aliás, também não há verba para elas, uma vez que ainda se está a pagar a dívida contraída com a organização das eleições gerais de Abril último.

A Assembleia Constituinte então eleita, com maioria do ANC, deverá em princípio redigir e aprovar uma nova Constituição da África do Sul até Maio de 1996, sob pena de o Parlamento ser dissolvido e se convocarem legislativas antecipadas.

Por enquanto, há uma Constituição interina, com centenas de páginas e muitos pormenores, o que já é um bom princípio para que dentro de ano e meio se possa contar com o texto definitivo. Mas mesmo assim ninguém pode ainda garantir que ao longo de 1995 e de 1996 a vida dos sul-africanos decorra da forma relativamente tranquila que o decorreu nos últimos seis meses, desde que Nelson Mandela tomou posse como Presidente. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

Huambo, cidade mil vezes mártir

Chove no Planalto

Do nosso enviado
Fernando Sousa

Em oito dias a UNITA perdeu meia centena de quilómetros de terreno no sudoeste do Huambo, cidade que se transformou numa questão de honra para o partido de Jonas Savimbi. Se a perder, promete uma guerra de 100 anos contra o regime de Luanda. Quinta-feira, as forças governamentais estavam a trinta quilómetros. Mas a antiga Nova Lisboa deixou de ser um "ex-libris" do que quer que seja. Quatro jornalistas portugueses visitaram-na durante cinco dias e deixaram-na como a encontraram: esburacada, faminta e aterrorizada. Há bombas por explodir nos campos e bermas das ruas onde as crianças brincam e o povo pede à terra que lhe dê milho ou feijão. Huambo é um desafio à esperança.

Deixei Huambo às três da tarde de quinta-feira. Deixei Angola às seis da manhã do dia seguinte e deixei África no mesmo dia às dez da noite. E quando deixei a segunda maior cidade angolana, acompanhado pela equipa da agência Lusa, deixei-a tão esburacada, faminta, indolente e tensa como a encontrei cinco dias antes, naquele que é, para a UNITA, o "Dia dos Mártires". Foi nesse dia, para nós o Dia de Finados, que há quatro anos foram mortos, em Luanda, o vice-presidente do partido, Jeremias Chitunda, o secretário-geral do partido, Alicerces Mango, o representante na Comissão Conjunta Político-Militar, Elias Salupeto Pena, e o brigadeiro Eliseu Sapitango Chimbili. A UNITA nunca o esqueceu.

Não deixei a cidade do Huambo nem mais nem menos assustada. No Planalto Central, nesta época, que é a das chuvas, os relâmpagos e os trovões confundem-se com o clarão e os tiros dos canhões e, de dia, o ruído de jactos militares com o dos reactores dos aviões da PAM (Programa Alimentar Mundial) e do CICV (Comité Internacional da Cruz Vermelha), pois à noite nunca aparecem. Quando são ouvidos, muitos correm em tropel a esconder-se nos "copos", buracos de metro e meio por metro e meio entre duas bananeiras, enquanto outros prosseguem — ou por uma questão de hábito ou porque já nada têm a perder — o seu passo.

O fragor de rebentamentos faz hoje parte do aspecto telúrico da antiga Nova Lisboa. Ouvem-se vindos do sul, da estrada que vai para a Caála, e então pensa-se que são dos poderosos M-47, canhões cujos tiros destroem a 27 quilómetros. Ou ouvem-se de outros lados e aí está um MiG da Catumbela, a base aérea governamental situada entre o Lobito e Benguela. Em cinco dias ouvi o barulho de explosões em quase todos. Mas nunca uma só bomba caíu na cidade. E nunca vi um MiG. Ouvi um avião terça-feira à noite, cerca das onze horas, um aparelho convencional. Os aviões das organizações humanitárias não voam à noite, a UNITA não tem aviação militar e o espaço aéreo apresenta riscos óbvios para a

Continua na pág. 7

Continuação da pág. 5

Apelo à ponderação de Luanda

fim-de-semana a cerca de uma dúzia de quilómetros da cidade do Huambo, a máxima aproximação alegadamente permitida pela ONU e pelos Estados Unidos.

Segundo a rádio de Luanda, o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, teria tentado há alguns dias abandonar o quartel-general no Huambo, em direcção ao Bailundo, a norte, a Mungo e a Andulo, que é a sua terra natal, já na província do Bié. Mas também se noticiou na capital que o Exército comandado por João de Matos se estaria a aproximar do Bailundo.

Há na imprensa luandense a informação de que a defesa anti-aérea do Huambo teria na sexta-feira abatido um PC-7 de fabrico suíço, avião vulgarmente designado por "Pilatos". E, do outro lado, a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan) disse que a aviação governamental bombardeou a Jamba, tentando destruir os seus estúdios, mas que o que conseguiu foi danificar o centro ortopédico Nova Aurora.

Por parte do governo e da direcção do MPLA havia até ao princípio da tarde de ontem o mais completo silêncio quanto à hipótese de José Eduardo dos Santos avançar no dia 15 até Lusaca, para assinar com Savimbi o novo acordo de paz, que ressuscite o alcançado há três anos e meio em Portugal. Mas horas depois o porta-voz da Presidência, Aldemiro da Conceição, disse à agência Lusa que o chefe do Estado já convidou 23 dos seus pares para irem à assinatura formal do acordo, entre eles o rei Hassan II de Marrocos e o marechal zairense Mobutu Sese Seko.

O embaixador norte-americano em Luanda, Edmond Djarnette, também manifestou ao princípio da noite de ontem a esperança de que a paz possa efectivamente ser uma realidade dentro das duas próximas semanas. ■

Continuação da pág. 6

Chove no Planalto

aviação comercial. Um soldado entrou de roldão na sala onde os jornalistas da agência Lusa, TSF e PÚBLICO falavam, segredou qualquer coisa ao ouvido de um quadro da organização e o gerador foi silenciado. Todos terão feito o mesmo noutros pontos da cidade porque ela desapareceu do mapa, comida pelo breu do Planalto.

As manhãs no Huambo são só a continuação do medo da noite anterior. Naquela em que fomos à Caála, cidade situada exactamente a 23 quilómetros da capital da província do mesmo nome, e a partir da qual, a sete mil metros, estão frente a frente as duas forças angolanas, vi campos desertos, civis fazendo o percurso inverso ao nosso, fugindo, e muitos militares, um deles de baioneta calada.

Foi onde ainda vi mais armamento, canos escuros de armas pesadas misturados com cachos esverdeados de bananas, ZPUs, anti-aéreas com um calibre de 14,5 milímetros de dois e quatro canos montadas sobre jipes e camiões camuflados. Na Senhora do Monte, depois da Caála, já a caminho da primeira das três linhas da frente, vi voar um pássaro. O brigadeiro Alberto Canhanga, responsável por Caála, apontou para um monte longínquo: "Estão ali!" Ali se acoitavam as forças governamentais, depois de terem ganho, em oito dias, 50 quilómetro de terreno, avançando para Longonjo, Lepi e Calenga, a região para onde estávamos a olhar. "Motivos de segurança" impediram os repórteres de se aproximarem da zona dos alegados combates. "Os homens estão tensos, em posição de combate, e a vossa presença poderia distraí-los".

Inquirido pelo PÚBLICO sobre se não estava então a perder terreno, o chefe de operações do Estado-Maior, brigadeiro Chassanha, explicou que "quando muita gente está com o inimigo tudo se torna mais difícil", numa alusão à comunidade internacional, e que o que a UNITA quer é conhecer a nova estratégia do MPLA.

Segundo Chassanha (António Manuel Urbano, 42 anos, 24 de vida militar, um antigo oficial do exército português que fala da guerra e da morte como quem joga xadrez), as forças governamentais, que a UNITA acusa de terem iniciado as suas operações ofensivas em Agosto, mudaram de estratégia. Já não seguem a doutrina soviética. Agora, diz, aplicam Clausewitz (militar prussiano do século XIX, autor do tratado "Da Guerra") "que ensinou a maneira de conquistar objectivos sem combate".

O chefe operacional da UNITA, mulato, "pai da Beira Baixa e mãe do Ribatejo", admite no entanto que a sua organização, feita de militares disciplinados e com capacidade para movimentar tropas frescas quando quiser, não descubra a tempo a estratégia do MPLA: "Se tivermos de largar as cidades vamos para as matas e não vai haver paz nos próximos 100 anos". Um jornalista pergunta o que ganha ele com isso. "Não ganho, mas também não perco", responde.

Mas a grande surpresa do dia foi um pequeno "briefing" em Caála. Esperávamos apenas o comandante da resistência ao avanço das forças governamentais, general Demóstenes Chilingutila. Chegou sim, mas acompanhado pelo general Arlindo Chenda Isaac Pena "Ben-Ben", chefe do Estado-Maior General das FALA (exército da UNITA), sobrinho do líder e nestes dias apontado como o primeiro da linha da sucessão caso Jonas Savimbi fique impedido de dirigir a oposição armada angolana. De guarda aos dois, entre outros, Marcial, que disse ter 15 anos, com uma Kalashnikov no ombro esquerdo, um brinquedo na mão direita e o peito semeado de granadas.

Coube a "Ben-Ben" falar da questão do dia: a rubrica do protocolo de Lusaca. Era segunda-feira, dia 31, e expirara o prazo para os chefes das delegações beligerantes caucionarem o trabalho de 11 meses. "A rubrica sob um ponto de vista prático tem de ser seguida de uma preparação psicológica e um cessar-fogo 'in situ'", disse. Não tendo conseguido sujeitar a rubrica ao termo das hostilidades perto do Huambo, a UNITA sujeita agora a assinatura do acordo a um cessar-fogo que não vem nos textos. O que está previsto é que a rubrica do protocolo seja seguida, quinze dias depois, da assinatura formal do acordo de paz pelo Presidente José Eduardo dos Santos e por Jonas Savimbi, e que o cessar-fogo seja uma realidade 48 horas depois desta última cerimónia.

A sete quilómetros da frente de batalha

Quando chegámos de Caála, mal entrámos no Huambo, cidade descrita por Chassanha como "tão anormal, tão anormal, que tudo o que é normal fica anormal", vimos pessoas a fugir. Jorge da Cruz, director-geral dos Negócios Estrangeiros da UNITA, acabara de receber uma informação via "walkie talkie" que dois MiG tinham sobrevoado a Caála e dirigiam-se agora para o Huambo.

O jipe guinou abruptamente para a esquerda e parou. À ordem do tenente-coronel João Cristiano, que superintende à artilharia da UNITA, saltámos do carro e procurámos protecção na entrada de um prédio. No "walkie talkie" de Jorge, uma voz (do piloto do avião?): "Vou trabalhar". Seguiu-se o ruído de um aparelho e, ao longe, o que pareciam explosões. "Acabei o serviço, vou voltar para casa", disse a voz ouvida pelos repórteres.

Pedimos para ir ao local ver. Foi recusado. Quantas bombas caíram? Quatro. Houve vítimas? Nunca se soube. Tudo pela nossa "segurança", a explicação que presidiu a toda a reportagem. "Os senhores não vêem que estamos em guerra?"

Mas a maior desilusão dos jornalistas que foram ao Huambo para revisitar a cidade destruída pela guerra dos 55 dias, que culminou em Março de 1993 com a ocupação do Huambo, foi não terem conseguido falar com Jonas Savimbi. Perante o argumento de que seria a primeira vez que um grupo de jornalistas portugueses deixariam Huambo sem falar com o dirigente, o ministro do "Governo Geral" da UNITA, Paulo Lukamba Gato, chegou a admitir a possibilidade, afirmando que tínhamos "49 por cento de hipóteses". Isto na terça-feira. Na quarta, quando o comité permanente da Comissão Política da UNITA manifestou as suas apreensões quanto à boa-fé negocial do Governo, foi-nos dito que as hipóteses tinham "subido para 51 por cento". Esperámos oito horas nessa noite. Até às três da madrugada. Mas um avião ronronara nos céus da cidade e a entrevista foi cancelada por "motivos de segurança". ■

Crónica

*Maria Alexandre Dáskalos**

Quem mata o Huambo?

PÚBLICO, 6.11.94

20 DE OUTUBRO de 1992. Um Volkswagen conduzido pelo engenheiro agrónomo Fernando Marcelino e transportando a esposa deste, Miete, a freira Dilar Marcelino e a professora primária Zaida Dáskalos, estaciona numa rua do Huambo, em frente da casa do médico David Bernardino. Um grupo de homens armados sai da noite e mata a tiro todos os ocupantes do carro, salvando-se apenas, gravemente ferida, a minha tia, Zaida Dáskalos. David Bernardino, meu primo, seria morto pouco tempo depois. Estes crimes precederam o recomeço da guerra civil em Angola.

Huambo era então a segunda cidade do país. Em pleno Planalto Central, sob um imenso céu sem nuvens, grandes jardins ligavam a cidade alta à baixa. O Huambo não podia saber então do seu futuro trágico. Na época colonial foi uma cidade próspera. Todos os que lá viveram guardam a lembrança dos campos de maracujá e da fartura do milho. As lavras eram divididas em canteiros. E assim foi durante muito tempo, já depois da independência, à medida que Luanda se ia esquecendo do resto do país.

Sobreviveu graças ao amor dos seus habitantes, do jardineiro ao agrónomo, do médico ao camponês. Por isso conseguiu permanecer limpa, com os jardins cuidados, mesmo sem água corrente, as longas bichas formando-se, serenas, frente às duas fontes da cidade. As fábricas só funcionavam quando havia luz. Mas funcionavam.

Luanda abastecia o Huambo duas vezes por ano, um cabaz que se reduzia a uma lata de óleo, uma barra de sabão, uma pasta dentífrica, um quilo de arroz, um quilo de feijão e um pacote de massa. A maior parte das vezes a cidade estava às escuras, mas, no dia seguinte, às sete da manhã, debaixo de chuva, todos estavam no trabalho. Luanda esqueceu o Huambo há muito tempo. Durante esse tempo a cidade recolheu refugiados de guerra e populações famintas. Nos primeiros anos após a independência as gentes de Luanda iam ao Planalto buscar verduras e batata e depois regressavam pelo mesmo caminho, de avião, sem olhar para trás. Os caminhos do Planalto, esses, estavam minados.

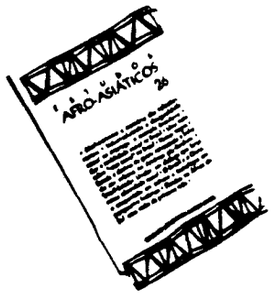
Mas foi por essas picadas e velhas estradas que se levantaram os postes de electricidade, abriram escolas e postos médicos. Quem? Os habitantes do Huambo. Nós, os excêntricos, entregues a nós próprios, reorganizámos bibliotecas e arquivos e, com os nossos meios limitados, fizemos viver a cidade. Nas casas de sempre, com a nossa roupa de sempre e a cacimbe no quintal. As dálias crescendo junto ao milho, o asfalto rendilhado, a segunda cidade de Angola, abandonada por todos, transformou-se pouco a pouco numa aldeia do fim do mundo.

Huambo voltou a ocupar mais tarde as manchetes dos jornais. Foi escolhida por Jonas Savimbi para quartel-general da UNITA e tornou-se desde então na cidade mais bombardeada de Angola. Bombardeamentos ininterruptos ao longo de meses.

Vejo as imagens desta cidade exausta e penso que foi ali que os meus avós se casaram, ao ar livre, segundo a tradição ortodoxa. Foi ali que nasceu o meu pai, ali escreveu a sua poesia e ali desenvolveu uma carreira brilhante como investigador de medicina veterinária. Ainda há dois anos o seu laboratório permanecia intacto, tal qual ele o deixou antes de morrer. Foi também ali que nasceu o meu filho. Durante anos a minha família combateu o fascismo e o colonialismo e pagou por isso com a cadeia e a perseguição. Mas todos contruíram algo naquela cidade.

Eu fui feliz no planalto. O Huambo era o meu sol, a minha casa, o meu jardim. Matam o Huambo e matam a minha infância, as minhas raízes, a minha pátria. ■

* escritora angolana



Vice-ministro angolano dos Estrangeiros diz ao PÚBLICO

"Situação de guerra é normal"

PÚBLICO, 7.11.94

Jorge Heitor

Um dos vice-ministros angolanos das Relações Exteriores, de passagem por Lisboa, declara que é absolutamente normal que a situação de guerra no seu país permaneça por mais alguns dias, pois que é isso o que foi previsto no protocolo de Lusaca. E que se há guerra é porque a UNITA a desencadeou, há dois anos.

Georges Chikoti, um dos vice-ministros de Venâncio de Moura na pasta dos Negócios Estrangeiros, afirmou ontem à noite ao PÚBLICO, em Lisboa, ser normal que a guerra ainda não tenha acabado em Angola, pois que o protocolo de Lusaca só prevê que o cessar-fogo entre efectivamente em vigor no dia 17 deste mês.

Mais alegou que só se está a falar muito de uma pretensa ofensiva governamental contra a cidade do Huambo, mas que desde há um mês a UNITA intensificou as suas acções em vários pontos do país, estando inclusivamente a flagelar a cidade de Menongue, capital da província do Cuando Cubango. E também a atacar perto de N'giva, no Cunene.

Chikoti disse que não é intenção de Luanda ocupar militarmente o Huambo, mas não deixou de recordar que esta cidade foi conquistada pela UNITA com a força das armas, não compreendendo pois que haja tanto alvoroço em certos meios quando as Forças Armadas Angolanas estão entre 10 a 15 quilómetros da urbe que no tempo colonial se chamou Nova Lisboa.

O vice-ministro, que esteve dois dias em Portugal, ao regressar da América do Norte, declarou não ter informação quanto a um Mig ontem abatido sobre o Huambo, segundo o enviado da emissora portuguesa TSF, Emídio Fernando, que descreveu as manifestações de "alegria total" então verificadas por parte do partido de Jonas Savimbi.

Um piloto nu

O jornalista disse que o piloto do avião abatido conseguiu ejectar-se, acabando por "cair, de pára-quedas, nas mãos da UNITA". Mas o representante deste partido junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, Marcos Samondo, forneceu uma versão ligeiramente diferente, segundo o qual o piloto teria despido o uniforme e fugido nu.

"Encontrámos as roupas do piloto, mas parece que ele fugiu. Se virmos um homem nu escondido no mato, sabemos que é ele", explicou Samondo, em telefonema feito para a jornalista da agência Reuter destacada em Joanesburgo, Judith Matloff.

Ainda de acordo com a reportagem da TSF, desde a manhã de ontem que se ouviram na cidade do Huambo sons de explosões e rajadas de metralhadora, encontrando-se as Forças Armadas Angolanas (FAA) a uns 15 quilómetros daquela capital provincial.

Segundo Emídio Fernando, os armazéns das diferentes organizações humanitárias que ali actuam foram "pihados" e os seus representantes ter-se-iam concentrado nas instalações da Cruz Vermelha Internacional.

Os mercados estão encerrados e muitas pessoas têm procurado abandonar a cidade, que é agora o centro de todas as controvérsias, nestes últimos 10 dias da guerra em Angola.

Na versão de Marcos Samondo, a artilharia governamental esteve todo o dia a flagelar a zona do Huambo e causou pesadas baixas, tendo causado o pânico e impedido a saída de uns 50 estrangeiros que ali estarão.

Entretanto, o secretário do MPLA para a Informação, João Lourenço, desmentia, tal como Chikoti, que a ofensiva em curso nas proximidades da província do Huambo violasse de algum modo o protocolo rubricado em Lusaca na noite de 31 de Outubro.

Marcos Samondo disse a Judith Matloff que o general Paulo Lukamba Gato, hoje em dia a funcionar como uma espécie de administrador da cidade do Huambo, telefonou ao medianeiro da ONU no caso angolano, Alioune Blondin Beye, para debater com ele a retirada dos estrangeiros que ali se encontram.

Espera-se que a assinatura do acordo de paz seja feita durante a próxima semana em Lusaca, tendo Samondo afirmado que o líder da UNITA, Jonas Savimbi, aguarda que a sua equipa negocial regresse da Zâmbia para com ela preparar os pormenores da grande cerimónia.

O partido simbolizado por um Galo Negro tem declarado que todo o processo negocial está condenado ao malogro se acaso as tropas governamentais forçarem a sua entrada na cidade do Huambo, que em Maio do ano passado caiu em poder dos homens de Savimbi. Mas o governo esclarece que não é sua intenção controlar por completo a segunda urbe de Angola; antes querendo cercá-la por completo, de modo a que dali não saia qualquer armamento enquanto a ONU lá não for efectuar uma pormenorizada fiscalização.

Alioune Blondin Beye manteve-se durante o fim de semana em Luanda e reafirmou a esperança de que as chefias militares de um e outro lado se possam ainda reunir antes do próximo sábado, de modo a ultimar os preparativos de uma paz duradoura.

Maria Barroso

Em Lisboa, o presidente do Centro Democrático Social (CDS), Manuel Monteiro, voltou ontem a estar, pelo segundo dia consecutivo, com os 10 membros da UNITA que fazem greve da fome frente à embaixada de Angola, no sentido de assim contribuir para que as tropas de Luanda não entrem na cidade do Huambo. Mas ao local também se deslocou, em manifestação de solidariedade com os grevistas, Maria Barroso Soares, mulher do Presidente da República.

Monteiro disse que o CDS deverá enviar hoje uma carta de protesto ao governo português, alegando que este não tem estratégia própria nem faz tudo o que deveria fazer para que a guerra acabasse de imediato em Angola.

Ainda em Portugal, a Congregação do Espírito Santo transmitiu ao PÚBLICO um apelo dos bispos católicos de Angola e São Tomé, para que se criem as "condições sociais e psicológicas para uma autêntica reconciliação entre irmãos".

Os prelados dizem que o grave recrudescimento das armas a que se teria assistido nos últimos dias "está contra a lógica da paz" e é "um atentado às justas aspirações de uma população martirizada". ■

Assassinado teólogo liberal

PÚBLICO, 7.11.94

O TEÓLOGO liberal sul-africano Johan Heyns foi abatido a tiro na sua residência, num possível crime da extrema-direita branca, disse ontem a polícia, em Pretória.

O assassínio, na noite de sábado para ontem, ultrajou dirigentes políticos e religiosos, incluindo o arcebispo anglicano da Cidade do Cabo, Desmond Tutu, e o Presidente Nelson Mandela, que tinham trabalhado com Heyns na promoção da paz, durante os tempos de transição do "apartheid" para a democracia.

A polícia ofereceu uma recompensa de 100 mil randes a quem fornecer informações que possam levar à detenção do criminoso.

Um porta-voz policial declarou que Heyns morreu instantaneamente quando foi atingido na cabeça por uma bala de espingarda de grande calibre, disparada por uma janela da sua residência suburbana nas proximidades de Pretória, numa altura em que jogava às cartas com parentes.

Aos 66 anos, era um teólogo respeitado que lutara contra o "apartheid" e dirigira a Igreja Reformada Holandesa, principal congregação afrikaans do país.

Johan Heyns desencadeou o ódio da extrema-direita ao pedir a reconciliação racial nos últimos anos do regime de minoria branca, que terminou com as eleições gerais que levaram Mandela à Presidência da República. E em 1990 exortara a sua igreja a considerar que o "apartheid" era mesmo um pecado.

O actual chefe de Estado considerou-o um "soldado da paz", cuja morte seria uma perda para toda a África do Sul. ■

Cavaco Silva prossegue visita

Cabo Verde pede mais apoio

PÚBLICO, 8.11.94

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

Cavaco Silva inaugurou ontem as emissões da RTPI e da RDPI em Cabo Verde. Ao seu lado, Carlos Veiga, que não deixou de pedir ajuda em novos moldes. A comitiva de empresários que acompanha o primeiro-ministro poderá continuar a aposta nos laços culturais.

O primeiro-ministro Cavaco Silva e o seu homólogo cabo-verdiano, Carlos Veiga, presidem hoje na Cidade da Praia à abertura de um seminário sobre cooperação económica entre Portugal e Cabo Verde. O encontro conta ainda com a participação do ministro da Indústria de Portugal, Mira Amaral, e dos secretários de Estado da Cooperação, Briosa e Gala, e do Comércio, Luís Palha.

Ontem, depois de inaugurar, acompanhado de Carlos Veiga, as emissões da RTPI (Radiotelevisão Portuguesa Internacional) e da RDPI (Radiodifusão Portuguesa Internacional), Cavaco Silva visitou estruturas sócio-económicas na Praia e o interior da ilha de Santiago, incluindo a antiga Vila da Ribeira Grande, hoje Cidade Velha, que foi o primeiro centro urbano construído por europeus fora do Velho Continente. Já em Santa Catarina, o primeiro-ministro português ofereceu uma biblioteca à Câmara Municipal. E foi também ao Tarrafal, mas em tempo de lazer. Os dois primeiros-ministros vestiram os calções de banho e meteram-se nas águas mornas.

A comitiva portuguesa desloca-se amanhã à cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, a segunda cidade cabo-verdiana. Aqui, Cavaco Silva participará numa sessão solene de boas-vindas no salão nobre da Câmara Municipal, que é presidida por Onésimo Silveira, figura destacada e controversa da política cabo-verdiana.

Ainda em São Vicente, Cavaco Silva tem agendada uma recepção que lhe será oferecida pela comunidade portuguesa e visitará empreendimentos, alguns dos quais financiados pelo seu Governo. É o caso, por exemplo, do Centro de Instrução Militar do Morro Branco, cujo campo de tiro vai ser por ele inaugurado.

Do seu programa no Mindelo constam igualmente visitas às fábricas de calçado portuguesas, recentemente instaladas no âmbito da política de liberalização económica promovida pelo Governo cabo-verdiano. A vertente empresarial é aliás uma daquelas em que as autoridades da Cidade da Praia gostariam que o relacionamento com Portugal fosse incrementado. Da comitiva de Cavaco Silva fazem parte cerca de três dezenas de empresários.

Portugal é de há muito um dos principais parceiros do desenvolvimento desta sua antiga colónia, que se tornou independente há cerca de 20 anos, sendo vários os domínios em que Lisboa aparece à frente em termos de cooperação bilateral, com mais de 40 áreas de interesse comum. O comércio, a formação de quadros, as telecomunicações, a administração interna e pública, a justiça, a saúde e a comunicação social são alguns dos sectores que mantêm Cabo Verde ligado a Portugal.

Com a inauguração ontem do segundo canal de televisão em Cabo Verde, no caso a RTPI, Portugal vai construir o novo edifício da Televisão Nacional de Cabo Verde e os seus estúdios no Mindelo, ambos avaliados em cerca de 168 mil contos, segundo revelou ao PÚBLICO o seu presidente, Daniel Livramento. Através da RTP, Lisboa comprometeu-se igualmente a fornecer equipamentos à televisão cabo-verdiana no montante de 126 mil contos, para além de um programa de formação que prevê estágios de quadros locais em Portugal.

Nesta ofensiva, que nos meios locais é vista como uma reacção do Governo português ao avanço da cultura francesa nesta zona ocidental do continente africano, a RTPI aparece como o principal protagonista, seguida da RDP, que se viu ultrapassada quando, há quatro meses, a Rádio França Internacional passou a ter frequência própria na Praia e no Mindelo.

Em tempo recorde, Lisboa conseguiu convencer a Cidade da Praia a conceder-lhe as mesmas facilidades, o que tornou possível o aparecimento de um segundo canal televisivo (a RTPI) e de um quarto canal radiofónico (a RDPI, Antena Comercial). Nesta deslocação, Cavaco Silva fez-se acompanhar igualmente pelos presidentes do Conselho da Administração da RTP, Freitas Cruz, e da RDP, Arlindo Cunha.

Foi esta a razão por que a visita do primeiro-ministro português, iniciada no sábado, foi por si classificada como um novo ciclo no relacionamento entre os dois países. Na verdade, o tom político da viagem de Cavaco Silva foi dado logo no primeiro dia, durante o jantar com que foi brindado pelo seu homólogo cabo-verdiano. Carlos Veiga propôs a Portugal uma "verdadeira parceria no desenvolvimento de Cabo Verde", como forma de ultrapassar "o modelo tradicional da mera ajuda" que tem vigorado.

Cavaco Silva, por sua vez, acabou por dar um incentivo a Carlos Veiga, referindo-se à política de liberalização económica actualmente em curso em Cabo Verde, que classificou como um "ambicioso plano de reformas". E comparou-a mesmo ao projecto político iniciado há nove anos pela sua governação, salientando por outro lado o desejo do seu executivo em "iniciar com Cabo Verde um novo ciclo de consolidação da cooperação", que será alargado a outros PALOP. ■

Perante a prevista vitória de Chissano

Renamo pensa apelar à greve

PÚBLICO, 8.11.94

Do nosso enviado, Luís Pedro Nunes, em Maputo

PERANTE a prevista vitória de Joaquim Chissano e da Frelimo nas eleições presidenciais e legislativas moçambicanas cujos resultados só deverão ser divulgados sexta-feira (ver pág. 10), a Renamo não exclui o apelo à greve nas províncias onde, sabe-se agora com certeza, detém grande poder.

O partido de Afonso Dhlakama vive um momento de grande discussão interna sobre a estratégia a tomar e já compilou o "registo de anomalias detectadas", onde são descritos casos ocorridos em Nampula, Maputo, Niassa, Manica e Inhambane. Neste documento interno, a que o PÚBLICO teve acesso, é relatado um caso em que a Frelimo terá entregue 100 milhões de meticais (cerca de 2.500 contos) a directores do Secretariado Eleitoral, "com o objectivo de desviar votos" da Renamo para a formação até agora no poder.

Em Maputo a lista é bem mais extensa. Em 10 mesas de voto, especificadas pelo número, foram entregues "boletins já sinalizados nos quadrados correspondentes a Chissano e à Frelimo"; fala-se de leitores "ajudados", de presidentes de mesa que instruíram eleitores a votar Chissano e Frelimo, de delegados deste último partido que percorriam as bichas a explicar onde votar, de ameaças de morte, da distribuição de fotografias de Chissano, de ameaças de expulsões de casas, entre outras irregularidades. Em Guvuro, Inhambane, o delegado da Renamo "foi brutalmente assassinado". E há ainda a denúncia de troca de urnas em Nampula, de distribuição de dinheiro em Niassa e extensa descrição de ameaças e outras supostas anomalias.

Para já, está fora de questão qualquer cimeira Chissano-Dhlakama antes da divulgação oficial dos resultados. E, segundo o PÚBLICO apurou, está bem patente na estratégia da Renamo a questão da greve. Não se tenciona pedir a invalidação das eleições, porque não há dinheiro para fazer outras nos meses mais próximos, mas na Renamo há quem raciocine assim: detemos Sofala, Zambézia e talvez Nampula, nada mais do que 70 por cento do Produto Nacional Bruto, pelo que podemos parar economicamente o país. Esta vai ser uma arma que a antiga oposição armada está decidida a utilizar, seja para clamar fraude eleitoral seja para negociar cargos, sob a ameaça de boicotar economicamente qualquer governo em que não entre. ■

Cenas de uma cidade à espera do assalto

PÚBLICO, 8.11.94

Do nosso enviado, Fernando Sousa

Há cinco dias, apesar da aproximação dos combates, ninguém no Huambo supunha a cidade na iminência de cair. Mas o som dos tiros aproximava-se dia após dia. "Apenas dois grupos de indivíduos escapam às dificuldades: os mortos e os que ainda não nasceram", disse ao PÚBLICO o ministro da UNITA Paulo Lukamba Gato, antecipando-se ao destino. Que quando chegar deitará por terra o que resta da cidade e da paz em Angola, agora que o protocolo de Lusaca parece ferido de vez.

A perda do Huambo era há cinco dias uma hipótese — as forças governamentais avançavam contra as três linhas defensivas entre a Caála e a Calenga —, mas nada que a organização admitisse poder acontecer em 48 horas. As últimas informações que o PÚBLICO recolheu no local referiam no entanto combates na Calenga e incursões de MiG governamentais, confirmando o aumento da pressão militar iniciada desde o dia 21 contra a cidade. No âmbito da ofensiva iniciada em Agosto, e abastecidas com homens e material no Cubal e em Ganda, as tropas de Luanda, frescas, recuperaram em oito dias meia centena de quilómetros de terreno, tomando Longonjo, Lépi e Calenga (antiga Vila Verde), e chegaram a sete quilómetros da Caála. Que entretanto tomaram.

Sexta-feira à noite, no aeroporto de uma cidade africana onde os repórteres fizeram escala para Bruxelas a caminho de Lisboa, o PÚBLICO viu aterrar um bimotor da ONU, com dois elementos da equipa negocial da UNITA, os representantes da organização de Jonas Savimbi em Londres e Genebra, Isaías Samakuva e João Vahekeni. Luanda não autorizara o aparelho a descer no Huambo e ambos recorreram ao circuito aéreo que liga o Planalto Central ao exterior. Pelo menos nessa noite o aeroporto de Huambo ainda estava operacional e nas mãos da organização de Savimbi.

Mas havia nervosismo no Planalto. Os repórteres notaram grande agitação na sede do "Governo Geral", nas instalações da antiga administração colonial, onde identificaram os generais Dembo, Bock (que afinal está vivo), Chilingutila, Ben-Ben e outros cuja presença o ministro Lukamba Paulo Gato disse enquadrar-se em reuniões preparatórias do encontro do fim-de-semana, em Lusaca, das chefias militares. Que acabou por não se realizar.

Gato, que insistira entretanto com os jornalistas para que não revelassem o circuito utilizado pela UNITA para trazer repórteres ao Huambo, ao mesmo tempo que os ia entretendo com a promessa de uma entrevista a Jonas Savimbi — que nunca haveria de se concretizar —, pediu-lhes que não noticiassem a presença daqueles oficiais, com receio de novos bombardeamentos. Aliás, o trabalho dos repórteres só foi possível nos curtos intervalos em que conseguiram andar sozinhos sem elementos da organização à ilharga ou amanuenses a tomar notas de tudo o que escreviam e transmitiam pelo telefone do ministro Gato.

Huambo é a Guernica angolana, uma cidade onde não há casa sem os sinais da guerra. As que ainda têm paredes têm-nas crivadas de balas. As que ainda se encontram inteiras e com alguns vidros — às vezes com o retrato de Jonas Savimbi colado por dentro — estão sem móveis: uma mesa, três ou quatro cadeiras e uma estante vazia é todo o recheio. A sensação que tem uma pessoa que conheceu a Jamba, há três anos, é que a UNITA, que viveu durante longos anos na sociedade idílica do Cuando Cubango, caiu numa armadilha ao trocar a mata pelas cidades.

Da parte de fora, a terra onde não cresce o capim foi transformada em pequenas lavras. É destes pedaços de terra esventrada — o[illegible] estão minados — que famílias inteiras esperam milho ou feijão. A estação das chuvas, que começou, vai dar a sua ajuda, só que a terra é pouca e muita a fome.

As ruas são um rendilhado de buracos, mas aqui são maiores: são de bombas (vi-as várias, por rebentar, espetadas na terra). A população encheu-os de adobe mas isso não evita que a mais pequena viagem se transforme num rali, com os jipes do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Médicos Sem Fronteiras ou Cáritas Internacional a ziguezaguearem entre os poços. Outras vezes não é um buraco que aparece pela frente, é a carcaça calcinada de um tanque cujo cano ocupa metade da estrada, restos da guerra dos 55 dias que culminou em Março de 1993 com a ocupação da cidade pela UNITA.

Depois, não há água. A que há vem das "cacimbas", assim se chamam os poços. Nem electricidade. As casas pobres, praticamente a totalidade, são iluminadas a partir das seis horas da tarde com lamparinas de óleo. As importantes têm geradores mas a luz não passa das janelas: se um MiG vier de noite tem mais dificuldades em encontrar o alvo. Entaipando-as e cegando a cidade, aumenta a garantia de uma bomba falhar o alvo caso os aviões venham de noite. Para maior segurança desligam-se os geradores, não vá passar uma réstea traiçoeira de luz.

Mas os aviões chegam quase sempre com a luz do sol. Foi ao fim de uma manhã que há cerca de um ano uma bomba caiu no bairro académico destruindo pelo menos nove casas.

Cerca do meio-dia, José Vieira Barbosa e a mulher ouviram os aviões. É assim que no Huambo as pessoas sabem que a morte vem aí. Foi o tempo de ir com a mulher e oito crianças para o abrigo da casa. Depois, tudo voou. "Era ali", disse, apontando para o monte de ruínas da que foi a casa a sua casa na Rua Vieira Lopes. Mas à volta quase todos morreram.

É entre este monte de escombros que sobrevivem 400 mil famintos e que só com muita sorte encontram o essencial. Um funcionário com um ordenado médio pode ganhar aqui 900 mil kuanzas, o mesmo que nove canecas de fuba (100 mil kuanzas), dois quilos de arroz (450 mil) ou dois litros de óleo vegetal (380 mil o litro) e uma galinha (entre 150 mil e 450 mil). Mas as galinhas não são mais gordas que um habitante. Com alguma sorte os ossos vêm com carne. Vi um rapaz a trocar uma por um copo de sal. Na Jamba ainda havia para todos porque nem havia dinheiro nem as pessoas eram tantas.

Uma manhã um jornalista deu ao Manuel, oito anos, uma lata de salsichas. O estalido da abertura assustou a irmã, uma pequenita aí com uns três anos, que desatou num pranto. Mas quando viram os rolos de carne os olhos de todos faiscaram. Se levaram um minuto a comer as seis que a lata tinha levaram muito.

O retrato de Huambo não é só o exterior da sede do CICV, na Bomba Alta, onde centenas de pessoas aguardam comida ou resposta a pedidos de emprego. É também o Centro de Nutrição, a funcionar na antiga creche, no Bairro de Fátima, onde a Cruz Vermelha tenta manter vivas cerca de 460 crianças. É neste complexo de salas insalubres que o PÚBLICO visitou que crianças entre os seis e os dez anos podem sonhar em comer cinco vezes ao dia.

"Muitas já recuperaram, mas não temos coragem de lhes dizer que se vão embora para que outros venham", disse Daniela, responsável pelo pelouro da distribuição, no dia em que os voos humanitários foram suspensos pela ONU por motivos de segurança, uma história pouco clara que levou a coordenadora substituta do CICV, Diana Rolt, a afirmar: "Daqui só saímos com ordens de Genebra!" A Cruz Vermelha está em Angola há 15 anos.

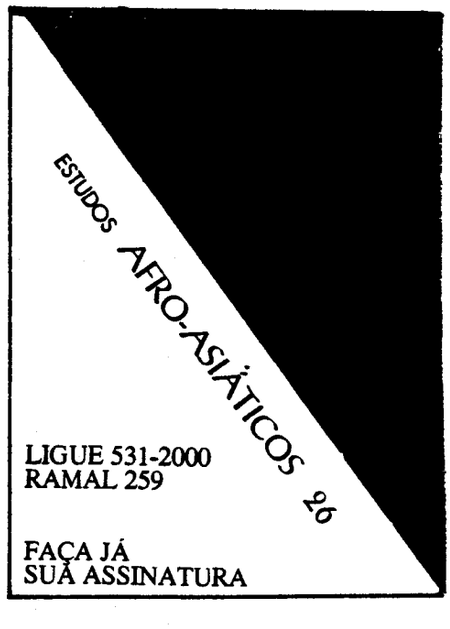
Para além dos cinco centros nutricionais e das 30 cozinhas que o CICV mantém na cidade e arredores, a única esperança da população é o Instituto de Reinserção Social dirigido pela mulher do general Dembo, na Avenida da República. Entregues aos cuidados de Judite Bandua Dembo estão três mil órfãos, 500 famílias de Longonjo, Calenga e Caála e 2033 deslocados de Caluquembe. Mais do que dar-lhes instrução, ela quer que todos comam primeiro: "Mais vale um filho matombo (ignorante) que um esperto no cemitério".

Foi aqui que o PÚBLICO encontrou dezenas de refugiados acabados de fugir de Longonjo e Lépi, empurrados pelas forças governamentais. "O bombardeamento começou segunda-feira à noite, depois de os militares dizerem para nos irmos embora", disse Juliana, 28 anos. "Estamos à espera de apoio logístico, comida e roupas, que prometeram para amanhã", disse Alexandre Sachilombo, 34 anos, que saiu a correr de Longonjo sem saber quantos mortos houve. "O flagelamento foi demais. Muitas pessoas fugiram para as matas, muitas crianças."

Esgotados esses dois recursos, resta o Hospital Central, um extenso complexo a que as últimas bombas, em Agosto, rebentaram com os poucos vidros que tinha, dirigido pelo médico Natael Chimuco, 40 anos, "formado no Huambo" há cinco anos, a partir de um consultório rodeado de prateleiras vazias ou amostras fora de prazo.

Na principal unidade médica do Huambo — onde há lavras no pátio interior e a água vem de uma "cacimba" aberta a 700 metros — não há remédios nem funciona coisa alguma. O labora-

Continua na pág. 11



A queda desmentida do Huambo

PÚBLICO, 8.11.94

Jorge Heitor*

A UNITA desmentiu ao PÚBLICO que até ontem à tarde a cidade do Huambo tenha sido conquistada pelas Forças Armadas Angolanas, ao contrário do que disse em Luanda o porta-voz do Estado-Maior. Mas logo acrescentou que, mesmo se o for, isso não significa de modo algum o fim da guerra; antes pelo contrário. O conflito prolongar-se-ia então por muito mais tempo, provavelmente sob a forma de uma luta de guerrilha contra o regime de José Eduardo dos Santos.

O representante da UNITA em Portugal, Adalberto Costa Júnior, declarou ao PÚBLICO que até às 16h30 de ontem as forças governamentais de Angola ainda não haviam conseguido ocupar a cidade do Huambo, se bem que se tivessem travado violentos combates a cerca de uma dezena de quilómetros.

Em contactos feitos desde a madrugada com ele próprio e com o seu colega que está em Nova Iorque, Marcos Samondo, o actual responsável político-administrativo da UNITA [uma espécie de primeiro-ministro de Jonas Savimbi], Paulo Lukamba Gato, garantira que as Forças Armadas Angolanas (FAA) estavam fora daquela capital provincial, por elas perdida em Março do ano passado.

No seu entender, os governamentais teriam começado a dizer no domingo à noite que já haviam entrado no Huambo para desactivar as pressões internacionais no sentido de que lá não entrassem, pretendendo confrontar o mundo com um facto consumado. E em abono das suas teses referiu indicações dadas pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), segundo as quais mais de 50 funcionários de organizações humanitárias de vários países continuariam na zona daquela cidade.

Por outro lado, Adalberto Costa Júnior afirmou que, mesmo a verificar-se a reocupação do Huambo pelo Estado angolano, com um possível "massacre colectivo", não haverá paz em Angola, antes pelo contrário; pois que isso levaria a que o conflito se prolongasse por muito mais tempo, dando claramente a entender que nesse caso a UNITA trocaria a guerra convencional por uma luta de guerrilhas.

Pesadas baixas

Entretanto, contactado telefonicamente pela agência Lusa, via satélite, a partir de Lisboa, perto das 17h de ontem, o general Gato, que é hoje em dia o topo visível da UNITA, enquanto Savimbi permanece na sombra, insistia em que a direcção do partido permanece na área do Huambo. Mas também confirmava a existência de pesadas baixas de ambos os lados, admitindo perto de 1500 mortos nas batalhas que se têm travado nestes últimos dias já perto da cidade que em tempos se chamou Nova Lisboa.

O "Ministro Geral" do Galo Negro declarou que uma bomba caiu ontem de manhã na parte alta da urbe, tendo provocado ferimentos em quatro civis, mas que a chuva deveria impedir novas acções da aviação governamental durante o resto do dia.

Paulo Gato excluiu a hipótese de os estados-maiores dos dois exércitos se reunirem a partir de quinta feira, tal como estava previsto no protocolo assinado em Lusaca na noite de 31 de Outubro.

Enquanto isto, em Luanda, há quem comente que enquanto não surgirem novas gerações de políticos não se vislumbra a hipótese de se resolverem os problemas de Angola, tal a animosidade existente entre os homens que hoje em dia dirigem o MPLA e os que estão à frente da UNITA.

Na cidade francesa de Biarritz, aonde foi representar o Presidente José Eduardo dos Santos na cimeira franco-africana (ver pág. 10), o primeiro-ministro angolano, Marcolino Moco, fez — segundo a agência Reuter — declarações algo contraditórias quanto à questão de as tropas de Luanda terem ou não assumido o controlo do Huambo.

A dada altura disse que sim, que os militares do regime dominavam já a cidade, mas um pouco antes, na mesma conferência de imprensa, afirmara não ter informações específicas sobre o que estava a acontecer nas diversas frentes de combate...

Quanto ao facto de José Eduardo dos Santos não haver correspondido ao convite de François Mitterrand para ir à cimeira, esclareceu: "O Presidente tem muito trabalho. Está a preparar a assinatura do acordo de paz."

Vitória do Primeiro de Maio

Tal afirmação pode parecer um pouco estranha, quando se têm em conta os acontecimentos da província do Huambo que nos últimos dias fizeram correr tanta tinta nos jornais portugueses, mas a verdade é que a grande manchete de ontem no huandense "Jornal de Angola" não tinha mesmo nada a ver com questões de guerra e paz.

"Primeiro de Maio às portas da glória" era o título, a toda a largura da primeira página daquela publicação estatal, para se noticiar que uma equipa de Benguela vencera por 5-3 os sudaneses do Al Mourada, nas meias-finais da Taça da Confederação Africana de Futebol.

O povo angolano, martirizado por mais de três décadas de guerra, desde que começou a pensar na independência, já tinha assim algo com que se distrair das agruras da vida, enquanto — segundo uma informação de organismo humanitário — as tropas do regime estariam a tentar construir uma ponte sobre o rio Cunhongama, para mais facilmente entrar na cidade do Huambo.

O porta-voz do Estado-Maior, em Luanda, brigadeiro José Manuel Jota, adiantando-se porventura à realidade, já durante o dia de ontem dizia à emissora portuguesa TSF que as FAA haviam ocupado mesmo a mais falada cidade africana dos últimos dias. Mas ao fim tarde acabou por cancelar uma conferência de imprensa que tinha anunciado em Luanda, o que deixou em meios da imprensa local a ideia de que as suas primeiras afirmações poderiam ter sido precipitadas. ■

* com Aguiar dos Santos, em Luanda

Continuação da pág. 10

Cenas de uma cidade à espera do assalto

tório central tem dois microscópios e algumas lamelas. Só um dos dois aparelhos de raios X existentes está em condições de cumprir a sua função, e isto se houver electricidade. No entanto estão ali internadas 474 pessoas, assistidas por 28 médicos e 275 enfermeiras, 90 das quais com formação média, um curso geral de enfermagem que funciona na cidade desde 1985. E é a este corpo clínico cuja formação académica se adivinha que estão confiadas centenas de pessoas padecendo de malária, tuberculose, má nutrição e diarreias ou vítimas dos bombardeamentos, como Laurinda Félix, 18 anos, desfigurada por estilhaços no bombardeamento de domingo, dia 30, à Caála. Há casos de sida? "Detectaram-se 12 casos em 1992, mas as bombas destruíram o laboratório que os controlavam. Não temos a mínima ideia de como a síndroma evoluiu", disse Chimuco ao PÚBLICO. Se a esperança é a última a morrer, que apareça depressa.

Mas Bianchi Gomes, secretário da UNITA para o Comércio, um garoto de calças vincadas e cara redonda, que sorri com os trejeitos de qualquer "jeep" português (jovem empresário de elevado potencial), encara o futuro com optimismo. Manuseia os termos "import" e "export" como se falasse num país em paz. O olhar atónito dos jornalistas tê-lo-á chamado à realidade e acabou por admitir que não há "export" nenhum e o "import" é feito por um grupo de 30 "empresários" que de 30 em 30 dias vai à Namíbia, Zaire e Zâmbia e dali traz artigos de primeira necessidade.

Vi em vários pontos da província do Huambo o resultado da azáfama destes empresários, as únicas pessoas sobre quem a UNITA pensa lançar impostos que preencham 20 por cento do seu orçamento anual. Vi uma lata de sardinhas em conserva "made in" Marrocos, refrigerantes da Costa do Marfim e do Líbano, copos da Indonésia. Mas da própria terra angolana, no Huambo, só vi o gasóleo da província do Zaire, região que as forças governamentais tentam reconquistar, que Jacob David, 18 anos, comprou a 250 mil kuanzas o litro.

Mais terra a terra foi Paulo Lukamba Gato, que mostrou uma tarde o seu pensamento do dia, numa fotocópia plastificada onde se lia: "Apenas dois grupos de indivíduos escapam às dificuldades: os mortos e os que ainda não nasceram." ■

Jonas Savimbi disposto a selar a paz em Lusaca se...

Fernando Sousa

Acordo só com fim da ofensiva

PÚBLICO, 9.11.94

Savimbi está disposto a ir a Lusaca no dia 15 para assinar o acordo de paz se o Governo parar imediatamente com a ofensiva contra o Huambo, disse ao PÚBLICO o ministro Paulo Gato. Mas os combates prosseguem na cidade que Luanda insiste ter ocupado e a UNITA afirma manter sob o seu controlo. Excepto o aeroporto, desde ontem em poder dos atacantes. A delegação militar governamental seguiu para a capital zambiana mas não deverá ter com quem falar.

O líder da UNITA está disposto a ir a Lusaca se Luanda parar imediatamente a ofensiva contra o Huambo, disse ontem ao PÚBLICO Paulo Lukamba Gato. "Não só é isso que os acordos estipulam como essa é a vontade dos nossos amigos", sublinhou o responsável pelo "Ministério Geral" da organização no Planalto Central.

Contactado por telefone (móvel e via satélite), Gato, que falava "sob intenso bombardeamento da aviação e da artilharia governamentais", cujos ataques "começaram às cinco da manhã" e continuavam "muito violentos" doze horas depois, disse que os combates decorriam entre 10 a 12 quilómetros da cidade. A distância equivale a cerca de metade da que vai do Huambo à Caála, na estrada que separa, por sudoeste, as duas cidades em 23 quilómetros.

Inquirido à mesma hora em que um porta-voz do PAM (Programa Alimentar Mundial), Mercedes Sayagues, dizia à Lusa, em Joanesburgo, ter recebido informações de Luanda segundo as quais a parte alta da antiga Nova Lisboa tinha sido tomada pelas FAA (Forças Armadas Angolanas), Gato disse que a UNITA mantinha o controlo da cidade mas admitiu que ela pode cair.

"É uma possibilidade, mas repare que ainda esta manhã repelimos todos os ataques do MPLA", afirmou, desmentido o porta-voz das FAA, general João José Manuel Jota, segundo o qual as forças governamentais mataram 1500 soldados da UNITA. "Ele até disse que tinha bandeira [dele] hasteada no meu escritório e não está cá nada".

Mas Gato, que na prolongada ausência de Jonas Savimbi, desde há três meses, da cena pública (ver texto nesta página), tem sido o rosto da oposição armada, confirmou a "destruição do aeroporto" e a ocorrência de vítimas entre a população. Mais de 12 mil pessoas morreram nos 55 dias que precederam a conquista da cidade, pela UNITA, em Março de 1993.

Segundo um comunicado assinado pelos generais Arlindo Ben-Ben, chefe do Estado-Maior General das FALA (exército da UNITA), Demóstenes Chilingutila, comandante da frente, e Sapalalo Bock, do posto de comando, e pelo brigadeiro Urbano Chassanha, do gabinete de operações, "fortíssimos combates" decorreram todo o dia. E todos garantiram que "a UNITA não tem medo do adversário e que a guerra vai durar".

"Não nos esquecemos ainda do Chitunda, do Salupeto e do Alicerces", recordaram os generais, numa referência aos companheiros mortos em Luanda em Novembro de 1992, repetindo que a UNITA só irá a Lusaca "se a batalha não começar ou quando terminar".

O mediador da ONU, Alioune Blondin Beye, não parecia ontem disposto a encarar qualquer alteração no calendário que os beligerantes acordaram em Lusaca, e disse manter o dia 15 como a data para a assinatura do protocolo rubricado no fim de Outubro, pois o cessar-fogo só está marcado para o dia 17 pelo que nada impede que as negociações prossigam.

"O protocolo de Lusaca reflecte o balanço dos interesses do Governo de Angola e da UNITA pelo que será assinado na data prevista", disse o representante da ONU aos jornalistas, em Luanda, no fim de uma audiência com o Presidente José Eduardo dos Santos.

Defendendo-se das críticas daqueles que consideram que teria sido possível alcançar algo mais nas negociações que se arrastavam há 11 meses em Lusaca, o advogado maliano, que regressa hoje, quarta-feira, à capital zambiana, disse que "toda a gente sabe que a política é a arte do possível e que há uma distância entre o desejável e o possível".

Em declarações ao grupo de quatro jornalistas portugueses que visitou Huambo na semana passada, o ministro Paulo Lukamba Gato foi muito crítico em relação a Alioune Beye, embora mais tarde, falando já em nome do Comité Permanente da Comissão Política da UNITA, o tenha distinguido "pela sua perseverança e habilidade na condução de tão difícil processo".

Para Lusaca, seguiu entretanto a delegação governamental que vai discutir ali vai discutir as questões militares com a UNITA no âmbito do processo de paz partiu ontem ao princípio da tarde para a capital da Zâmbia, chefiada pelo general Pedro Neto.

Para além de Neto, chefe do Estado-Maior da Força Aérea, integram a equipa os generais Mário Cirilo Sá, "Ita" e Adolfo Razoilo, e os coronéis Gilberto Veríssimo e Serafim Prado. A participação do chefe do Estado-Maior das FAA nas negociações não é dada como certa. Mas muito menos certa é a presença da UNITA. ■

"Onde está Savimbi? Você quer saber de mais"

PÚBLICO, 9.11.94

PISCA os olhos, hesita, entaramela as palavras mas responde. "Como me sentiria na UNITA se Savimbi desaparecesse? Não sei bem... Bom, acho que [a relação entre a UNITA e o seu líder] é um pouco como a questão do ovo e da galinha... é uma questão... circunstancial."

Isaías (o nome não é verdadeiro), que governa em nome da UNITA um município do Planalto Central, gosta da palavra "circunstancial".

Como Isaías são a maior parte dos elementos da UNITA a quem se pergunta qualquer coisa importante. Respondem com evasivas, ambiguidades, lugares comuns. Resguardam-se num silêncio seco e num olhar apagado. E ficam a olhar para nós, como quem pede: "Não insistas!" Foi assim também quando o coronel Afonso, um personagem cuja simpatia, de tão inexcedível, se torna ameaçadora, respondeu quando os jornalistas lhe pediram para dar uma saltada às imediações do Cuíto, a capital da província do Bié que a UNITA perdeu para as tropas governamentais, ou para os acompanhar a Malanje, caminho que poderíamos fazer "em segurança, aí numa hora". A cidade fica a 315 quilómetros dali. Apanhado na promessa, semicerrou os olhos e recuou: "Ir a Malange? Para quê? Não é do nosso interesse [da UNITA]! E não me parece que seja do vosso!"

Mas o pior que nestes dias se pode perguntar a alguém da UNITA é sobre o paradeiro de Jonas Savimbi: está no Planalto, está escondido, está de saúde? O facto de não aparecer há três meses não quer dizer nada. Ele não tem que aparecer só porque os senhores jornalistas querem. "Não vêem que estamos em guerra?" Sim, vemos, mas o que queremos é vê-lo..

E o ministro da UNITA, Paulo Lukamba Gato, lá montou a operação. Deveríamos estar preparados nesse dia, ao fim de uma tarde da semana passada, aí entre as sete e as sete e meia. Um motorista veio dizer-nos que enchera o depósito "para uma viagem longa, de umas duas horas". Disseram-nos também para preparamos lanternas. Depois foi o jantar mais cedo, a espera, uns sumos de laranja, uns "whiskies". E o ronronar de um avião sobre o Huambo, pelas onze da noite, e finalmente o cancelamento da

Continua na pág. 13

Continuação da pág. 12

"Onde está Savimbi? Você quer saber de mais"

operação "por motivos de segurança". Porque será que ficámos todos com a sensação de uma fabulosa encenação?

Dias depois jogámos nós, o PÚBLICO e a Lusa. Foi uma tarde, quando o jipe em que seguíamos começou a deitar fumo de uma das rodas dianteiras, por sorte numa vila bastante longe da capital da província. Alguns membros da simpática "entourage" dos jornalistas tinham admitido antes que foi aí que, no último dia de Julho, as bombas de Luanda tinham desfeito várias casas. Numa delas viveria o brigadeiro Fuma, que foi o responsável pelas transmissões da UNITA. E com Fuma estaria Savimbi.

Claro, eram rumores, mas já agora uma passeata pela vila não faria mal, até porque o arranjo do carro ia demorar. Tinha sido ali ou, como disse o soldado que nos guardava, a 37 quilómetros dali, numa aldeia cujo nome não vem para o caso? Já que ali estávamos, era preciso ver as casas, uma a uma, confirmar as informações com uma, duas, três, quatro ou mais pessoas. Lembra-se em que dia caíram aqui as bombas? Onde caíram? Morreu gente? Sabe quem era o brigadeiro Fuma? Onde era a casa dele? Morreu?

Mas aquilo não era uma vila, era um quartel, muita gente fardada e armada. No parapeito de uma janela, dois soldados dentro e outros dois fora jogavam xadrez. Era preciso falar com as pessoas quando não andassem outras por perto. Se assim não fosse, temerosas, não falavam. E lá conseguimos que três, longe dali, confirmassem o 31 de Julho e nos apontassem seis montes de escombros. Num deles tinham morrido vários mutilados de guerra. Noutro morrera um major. Outro tinha os restos de um automóvel metido nas paredes. Quase todas as casas eram habitadas por militares. Mais afoito, um soldado disse-nos conhecer Fuma e que a casa dele era lá longe, para lá da igreja, quase fora da vila, num "sanzala", no meio do qual se erguia uma enorme antena de transmissões, com as espias bem presas aos arruamentos que separam as casas de adobe e colmo. E que Fuma teria morrido nesse dia (há tempos também se disse que Bock tinha morrido e fomos encontrá-lo cheio de saúde, no Huambo).

Era preciso ver a casa, ver o seu estado. Confirmar tudo de novo. Não havia certeza de nada. Lá fomos, tentando conciliar o pouco tempo que ainda tínhamos com o bater do coração e a passada. Nem podíamos ir devagar, nem podíamos correr. Em Angola, e num sítio assim, duas pessoas com pressa levantam muito pó... Talvez estivéssemos aí a uns 500 metros quando o jipe apareceu. "Vamos, estamos atrasados", disse o condutor.

Mas tínhamos de agradecer a quem nos oferecera um bolo e parámos uma hora depois numa outra aldeia, muito distante da primeira. Já dentro dela, a expressão "casa branca" foi utilizada pelo condutor e o guarda. Mas não foi possível aproximarmo-nos dela. As ruas estavam cortadas ao trânsito e fortemente guardadas. Casa Branca é a designação habitual da morada do líder da UNITA.

Em Angola, o tempo não existe e o espaço não conta. Como diz Isaías, é tudo "circunstancial", uma espécie de jogo com regras secretas. Querer saber uma coisa é sempre querer saber de mais. Savimbi terá de se mostrar para assinar o acordo de Lusaca. Se não está de boa saúde — como não se cansa de repetir a propaganda do MPLA —, a investida de Luanda contra o Huambo veio a calhar, porque assim a UNITA não tem que ir à Zâmbia. ■

Do nosso enviado
Fernando Sousa

Coligação obscura pode ser fiel da balança em Moçambique

Deputados, nós? ou o estranho mundo da UD

Do nosso enviado
Luís Pedro Nunes
em Maputo

PÚBLICO, 9.11.94

A União Democrática, uma coligação "saca-fundos" internacionais para a ajuda da democratização do "coitado Moçambique", foi confundida com a Frelimo no boletim de voto e — ops! — tem pelo menos 15 deputados no próximo parlamento. Grande piada. Piada? A UD poderá, vai-se ver ainda, decidir as maiorias, rejeitar leis governamentais, aceitar as da Renamo, boicotar o governo ou ser por ele assimilado ou comprado. A UD é a única força, por engano, da oposição não armada. Piada? Quem é a UD? Nem eles sabem.

Que semelhanças há entre uma espiga de milho e um tambor com um fruto de caju? Pelos vistos muitas. Bem andou o candidato presidencial Chissano por todo o Moçambique empoleirado na sua poderosíssima máquina eleitoral a clamar "votem no último do boletim, no último". Esqueceu-se de sublinhar que para as legislativas já não era o último, mas sim o quinto (os brasileiros da "Vox Populi" não podem pensar em tudo!). Esse lugar, o último no boletim, era o lugar da União Democrática (UD), cujo símbolo é um caju, e não o da Frelimo (o tambor e o milho).

Milhares e milhares de pessoas terão votado UD pensando que estavam a votar Frelimo. É credível, verosímil e que fazer, se se trata de democracia? O resultado das eleições poderá conter uma incrível ironia: o povo, algum povo, escolheu, mas afinal (párem tudo!), é mais e mais que lógico, não era isso que o "pobre do povo" queria escolher.

Foi de repente, mesmo de repente e inesperadamente, que a UD começou a ter votos. Inicialmente passou por piada, em Maputo, dão a UD ser a mais inconsistente, indefinida, a menos espessa e estruturada das formações políticas que concorreram às legislativas.

"Apanharam boleia da Frelimo, os votos eram para os da Frelimo" — riram muitos. Só que, agora, o caso tornou-se sério. A UD deverá ter pelo menos 15 deputados e poderá mesmo ditar as maiorias no parlamento. O que é a UD? Nem eles próprios sabem. Não estavam à espera da pergunta.

Não foi fácil encontrar um dos três dirigentes da UD, coligação de partidos que se agremiaram com outros, mas que entraram em cisões, reagrupando-se, entrando em ruptura, para finalmente, em 5 de Agosto, ficarem resumidos a três, de nomes intrigantes: Palmo, Panade e Panamo.

Ontem, bastou ler a imprensa: a situação tomou contornos assustadores para a Frelimo e para a Renamo. Os 15 deputados da UD podem tirar a maioria parlamentar à Frelimo, mas também não é líquido que se associem à Renamo.

Pergunta: "Dado que há a possibilidade de poderem decidir maiorias, pensam efectuar algum acordo com um dos dois partidos?". resposta: "Ah é? Posso ver esse jornal?" — inquiriu o presidente rotativo da coligação.

Algo os une, contudo, aos três dirigentes: são todos ex-frelimistas e sexagenários. Um dos partidos da coligação é o Palmo, Partido Liberal Moçambicano, liderado por Martins Bilal, simpático ao telefone mas que acabou por faltar a um encontro marcado com o PÚBLICO para a manhã de ontem sem a mínima explicação. Outro é José Massinga, que em 1981, numa purga de Samora Machel, foi preso. Informados de que se encontrava na sede do seu partido, o Panade, Partido Nacional Democrático, fomos em sua busca. De referir que cada um destes partidos recebeu pelo menos 50 mil dólares do "trust fund". Bom, nos arredores industriais de Maputo, pára-se o carro, entra-se por uma viela, passa-se vários quintais e chega-se à sede, uma mesa e um telefone, e um velho de

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 13

Deputados, nós? ou o estranho mundo da UD

chinelas a espantar as moscas que o chateiam. "O presidente já saiu mas eu sou o coordenador nacional do partido". Então vai ser deputado? "O meu nome vem aí no papel". Estava à espera deste resultado? "Ah... sim, sim".

"Não sou homossexual político"

Já o dirigente máximo da coligação, António Palange, também formado na RDA, tem um ajudante que não quer assumir responsabilidades — "Não posso receber recados porque é responsabilidade" — e uma secretária que desliga o telefone porque "não tenho caneta". É estranho o mundo da UD. Mas, afinal, Palange está na sede da UD e aceita uma conversa.

Ponto primeiro: o resultado eleitoral foi inesperado? (a UD assinou o documento da oposição não armada a contestar as eleições quando, num rebate de consciência, desassinou, por coincidência quando começaram a constatar que estavam a ter um resultado surpreendente): "À luz dos preparativos que tivemos para conseguir mobilizar o eleitorado, tivemos um trabalho muito profundo". Tão profundo que ninguém viu. Nem tempos de antena, como os outros partidos "emergentes" (alguns desses partidos com discursos estruturados, inteligentes, realistas, pragmáticos), nem comícios, nem tão pouco desfile de carros, ou encontros de simpatizantes de que se tivesse tido conhecimento. "Tivemos brigadas, porta a porta... se não resultou com os outros isso não sei... isso da boleia da Frelimo é difamação".

Ponto segundo: como é que se define ideologicamente a UD? Há gente de qualidade suficiente? "Nós temos quadros até ao número 100 ou 150 da lista e vamos decidir lá para a semana que vem quem vão ser os deputados... eu sou!".

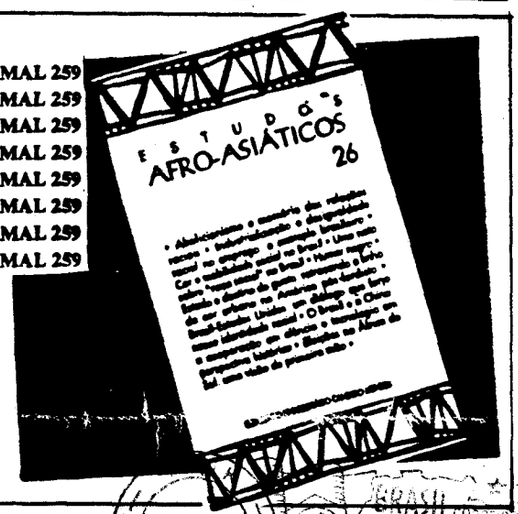
Questões de outra índole. Alianças com a Renamo, por exemplo. "Se estiver a complicar não vamos apoiar só por sermos oposição" (ao jornal "Imparcial", Palange foi, digamos, mais explícito, o que deu um título bem interessante: "Não sou homossexual político", depois em letras miudinhas, "Assumirei a oposição").

Convites para participar no Governo, ficou-se a saber, também não desdenham. Federalismo? "Há dois partidos na UD que defendem o federalismo mas nós não somos federalistas". Revisão constitucional: "Sim, o mais rápido possível, temos que retirar poderes ao Presidente... então o primeiro-ministro é apenas um conselheiro?". Então defendem um regime semipresidencialista? "Sim um regime menos presidencialista".

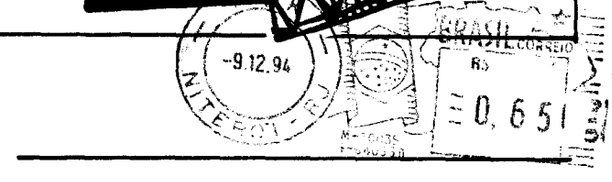
Papel do Estado. "Não se pode ausentar completamente, no comércio cada um está a marcar os preços como quer, deve-se subsidiar o arroz e o açúcar e deve ser controlado o que é vendido assim como alguns transportes". E empresas públicas? "Não é segredo que a nacionalização foi lançar a falência às empresas, o Estado não aguentou (...) as terras podem-se entregar a antigos proprietários se foram tiradas injustamente". Pode especificar? "Tenho um amigo português que tinha terras... terras de perder de vista, e se as terras não estão ocupadas e se ele as quer trabalhar... os que saíram a correr... quando se fala de reconciliação nacional também tem que se falar destes casos".

(António Palange ainda não tem a farda oficial de político moçambicano — fato escuro apertado, gravata e camisa branca — e está vestido informalmente, com camisa africanista bordada. Despede-se lançando uma mensagem de agradecimento. A secretária que não tem caneta para anotar recados, grande, larga e agora sorridente, acompanha-nos à porta da sede da UD, avenida Olof Palme, 965, 3º direito, onde cá fora está um cartaz escrito, toscamente, a tinta "spray": "A UD é do povo." A ver vamos.) ■

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259



NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. **Edição:** Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). **Apoio:** Fundação Ford. **Produção Gráfica:** Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155.** – Assinatura anual (em dólar comercial): *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00. *WE ASK FOR EXCHANGE.*



I M P R E S S O